



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680277 - RN (2021/0220104-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : PAULO EDUARDO CAVALCANTI DE ARAUJO  
**ADVOGADO** : PAULO EDUARDO CAVALCANTI DE ARAÚJO - RN013864  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PACIENTE** : EMILSON DE BORBA CUNHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMILSON DE BORBA CUNHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE (01002311820198200105).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão, e 2 anos e 11 meses de detenção em regime fechado e de 250 dias-multa, como incurso nos crimes previstos nos arts. 312 do CP e 90 da Lei n. 8.666/1993. E se encontra preso desde 28/5/2019, por força da decisão judicial que decretou sua prisão preventiva.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal decorrente da injusta motivação para manutenção de sua prisão e ofensa ao princípio da isonomia, porquanto a prisão preventiva está fundada na instrução processual e na ordem pública, argumentos que não mais se fazem presentes, ficando o paciente preso há mais de 600 dias, inclusive com direito a progressão do regime. Alega que inexistente o *periculum libertatis* e que estão presentes os requisitos necessários para concessão da medida liminar, *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência para que seja determinada a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para o fim de relaxar a prisão cautelar tornando definitiva a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente